



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**IDENTIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS:**

**As contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil.**

**Bianca Caldeira Araújo**

Mariana, MG

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**



**BIANCA CALDEIRA ARAÚJO**

**IDENTIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:**

**As contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso sob o formato de Artigo, apresentado à disciplina de Monografia do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de Pedadogo(a).

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristina Carla Sacramento

Prof<sup>ª</sup> da disciplina de monografia: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Maria da Exaltação Coutrim

Mariana

2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A663i Araujo, Bianca Caldeira .  
Identidade e relações étnico - raciais [manuscrito]: as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil. / Bianca Caldeira Araujo. - 2021. 22 f.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Práticas pedagógicas. 2. Educação Infantil. 3. Cultura negra e identidades. 4. Relações étnico-raciais. I. Sacramento, Cristina Carla. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37:326

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Bianca Caldeira Araújo**

**Identidade e relações étnico-raciais: as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em agosto de 2021.

Membros da banca

Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim (Universidade Federal de Ouro Preto)

Cristina Carla Sacramento, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 07/10/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Carla Sacramento, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/10/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_organizacao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0230462** e o código CRC **66C9E449**.

# **IDENTIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil**

Bianca Caldeira Araújo<sup>1</sup>

Cristina Carla Sacramento<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este estudo analisa as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil, a partir da abordagem de aspectos conceituais sobre identidade negra, relações étnico-raciais e práticas pedagógicas na educação infantil, elaborados por Gomes (2002; 2017), Franco (2016), Cavalleiro (2018) e Almeida (2019). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, realizada a partir do levantamento, leitura e análise de artigos, em periódicos nacionais, que versam sobre as relações raciais na educação infantil e seus desdobramentos na socialização e na construção identitária das crianças, publicados a partir de 2013. O recorte considerou a primeira década da promulgação da Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino. Esse estudo considera, ainda, que enquanto etapa inicial da educação básica, a educação infantil torna-se um espaço privilegiado para socialização de diferentes sujeitos. Reconhecendo o racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira e atuante na formação de subjetividades, interferindo na construção identitária dos sujeitos, questiona-se a influência das práticas pedagógicas em creches e pré-escolas sobre a forma como as crianças negras assimilam as informações e os elementos que permeiam esse espaço e constroem sua identidade. O estudo permitiu verificar que práticas racistas e preconceituosas que se manifestam no ambiente escolar, atuam de modos distintos sobre a percepção das crianças, principalmente pelo binarismo branco/negro, sendo que, para crianças negras promovem a construção de uma identidade pautada em aspectos e representações negativas sobre o seu pertencimento étnico-racial, demonstrado pelo sentimento de inferioridade, recusa de suas características físicas, como a cor da pele e o cabelo, baixa autoestima e anseio pela modificação de seu corpo e sua cor. Verificou-se, ainda, que a partir da Lei 10.639/03 começaram a surgir rupturas de posturas, concepções e práticas preconceituosas no contexto educacional, na medida em que promovem-se ações para a educação das relações étnico - raciais, principalmente por meio da literatura infantil africana e afro-brasileira.

**Palavras - chave:** Educação Infantil; Identidade negra; Relações étnico- raciais; Práticas pedagógicas.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<sup>2</sup> Doutora em Educação (Unicamp) e Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: [cristina.sacramento@ufop.edu.br](mailto:cristina.sacramento@ufop.edu.br).

## INTRODUÇÃO

Desde o nascimento, as crianças são socializadas por meio das relações estabelecidas com os pares e com o meio social que, por sua vez, é constituído de normas, papéis sociais, linguagem escrita e visual e diferenças socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero etc. A partir dessas relações, as crianças assimilam regras, valores, crenças, culturas, linguagens, hábitos e também preconceitos e estereótipos de raça, gênero, classe social presentes na sociedade e elaboram suas percepções e concepções sobre si mesma, sobre o outro e sobre o mundo.

Nesse processo, a criança também constrói a sua identidade, concebida por Cavalleiro (2018, p.19) como “um processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo”. Para a autora, “a identidade é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito” (CAVALLEIRO, 2018, p.19). Nesse sentido, é possível compreender que esse processo dinâmico e diverso é potencializado no contexto escolar, ambiente privilegiado no que diz respeito a socialização dos sujeitos e apropriação de elementos culturais e sociais que contribuam para a construção da identidade.

Por essa razão, consideramos neste processo de construção de identidades, o contexto de formação da sociedade brasileira, demarcado pelo sistema escravista, colonial e racista que explorou e exterminou os(as) negros (as) escravizados (as), a trajetória de negação de direitos à população negra e as concepções racistas e preconceituosas que ainda circulam na sociedade e que afetam a percepção dos sujeitos sobre seu pertencimento étnico-racial.

O presente artigo parte do entendimento que o racismo é elemento estruturante da sociedade brasileira e atuante na formação de subjetividades, interferindo diretamente na construção identitária dos sujeitos. Essa perspectiva é adotada por Cavalleiro (2018) e Santiago (2015) que entendem que numa sociedade como a brasileira onde, historicamente, predomina uma visão negativa e preconceituosa em relação a população negra e, por outro lado, a identificação positiva da população não negra, a identidade construída durante o processo de socialização será pautada na carência de modelos satisfatórios e abundância de estereótipos negativos sobre a população negra.

Conforme Santiago (2015, p.444) “o racismo atua como um mecanismo construtor de imagens distorcidas da historicidade e da cultura negra, ligando diferentes elementos simbólicos para justificar e validar a hierarquização entre os seres humanos”, podendo essas narrativas circularem no espaço escolar, seja nas interações entre crianças/crianças/adultos,

nos recursos pedagógicos utilizados, nas práticas e posturas dos (as) professores (as) ou, ainda, na estrutura curricular e na organização do ambiente escolar.

Nesse sentido, na luta contra o racismo estruturante da sociedade brasileira, destaca-se o papel histórico do movimento negro brasileiro, como principal responsável pela conquista de direitos da população negra, seja no campo educacional, na saúde, na política e nos diversos setores sociais. Gomes (2017) o define como um ator político que constrói, sistematiza e articula os saberes emancipatórios, como os saberes identitários, estético - corpóreos e políticos, produzidos pela população negra ao longo da história social, educacional, política e cultural da sociedade brasileira.

No contexto educativo, destaca-se a promulgação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB/96 e “torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino” (BRASIL, 2003) e a Lei 11.645 de 10 de Março de 2008 que inclui a obrigatoriedade da temática indígena. As referidas legislações educacionais representam um avanço no reconhecimento e combate do racismo, pois ao incluírem a temática das relações étnico - raciais nos currículos escolares, criam possibilidades de romper com preconceitos e estereótipos sobre a população negra e indígena brasileira.

A promulgação da Lei nº 10.639/03 teve por desdobramentos na educação: a elaboração das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana” (BRASIL, 2004), a revisão de materiais didáticos com conteúdos preconceituosos presentes nas instituições de ensino, a criação do estatuto da igualdade racial em 2010, a denúncia do racismo nos espaços escolares e outras ações. Nessa perspectiva, destaca-se a pertinência de se examinar a construção da identidade negra e as relações étnico-raciais na Educação Infantil, pois ainda que a Lei 10.639/03, não tenha determinado a obrigatoriedade da temática nesta etapa de ensino, o trabalho na perspectiva das relações étnico - raciais na educação infantil é previsto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010.

Desta forma, enquanto etapa inicial da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança, a Educação Infantil torna-se um espaço privilegiado para a socialização de diferentes sujeitos e de diferentes saberes. Por essa razão, é importante ter em vista, os estudos que investigam as relações raciais na Educação Infantil e seus desdobramentos na socialização das crianças negras e no processo de construção da sua identidade uma vez que demonstram que a identidade de crianças negras também é construída

a partir das relações e elementos presentes no ambiente escolar (CAVALLEIRO, 2018; DORNELLES e MARQUES, 2015; SANTIAGO, 2015; MARQUES E DORNELLES, 2019).

Considerando que a educação infantil também se constitui pela diversidade e desigualdade resultante das relações raciais e que, desde pequenas, as crianças começam a construir uma identidade a partir dos processos de socialização que ocorrem em creches e pré escolas, buscou-se neste trabalho, analisar as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na educação infantil, a partir da revisão de literatura pertinente à temática. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, em bancos de dados do Scielo e Capes, a partir da articulação das palavras-chave identidade negra, educação infantil, relações étnico-raciais, lei 10.639/03 e práticas pedagógicas. Com vistas a delimitar o período de análise, foram selecionados artigos de periódicos com qualis igual e/ou superior a B2, publicados entre 2013 e 2020, pois considerou-se como período inicial a primeira década após a promulgação da Lei 10.639/03.

Embora tenha se observado uma ausência de artigos que tratassem da identidade negra na educação infantil, foram selecionados artigos que apesar de tratarem da construção da identidade negra na sociedade brasileira e no contexto escolar, contribuíram para a análise dos conceitos de identidade negra e seu processo de construção, buscando-se dialogar com a educação infantil (PANTA e PALLISSER, 2017; BASTOS, 2015; FERNANDES e SOUZA, 2016; CAVALCANTE, 2019). Além disso, observou-se um número considerável de estudos voltados para a perspectiva das relações étnico-raciais na educação infantil, com enfoque nas práticas pedagógicas, literatura infantil e afro-brasileira, formação docente, o olhar das crianças sobre suas características físicas, implementação da lei 10.639/03, denúncia do racismo e outras questões.

Para a análise das contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na educação infantil, foram selecionados, além dos trabalhos já citados, nove artigos que versam sobre a temática (ARENA e LOPES, 2013; SILVA e SOUZA, 2013; DORNELLES e MARQUES, 2015; MORUZZI e ABRAMOWICZ, 2015; SANTIAGO, 2015; ALCARAZ e MARQUES, 2016; LIMA e REGO, 2017; MARQUES e DORNELLES, 2019; SILVA e SANTOS, 2020).

A partir da análise, constatamos que a investigação das formas como as práticas pedagógicas, os recursos didáticos utilizados, a postura do professor(a), a organização escolar, os eventos escolares e todo o contexto educativo interferem na construção da percepção da criança negra sobre si mesma, sua cultura, seu pertencimento étnico racial e sua identidade, assim como, nas relações com outras crianças e adultos, possibilita problematizar práticas

preconceituosas e excludentes dentro do contexto escolar e ampliar o debate sobre representatividade, em defesa de uma educação antirracista.

Para tanto, neste artigo apresenta-se reflexões sobre a educação infantil, relações étnico- raciais e identidade negra e discute-se os desafios e possibilidades de representatividade e construção identitária das crianças negras, a partir das práticas pedagógicas na educação infantil no que tange às relações étnico - raciais. Apresenta-se, inicialmente, uma abordagem dos conceitos de identidade e identidade negra expressos nos artigos analisados, para fundamentar a discussão sobre as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade negra na educação infantil. No segundo momento, trata-se de práticas pedagógicas na perspectiva das relações étnico- raciais na Educação Infantil, observando de que modo são desenvolvidas e suas contribuições no processo de construção da identidade das crianças negras.

### **EDUCAÇÃO INFANTIL, RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E IDENTIDADE NEGRA: Reflexões acerca do contexto escolar**

A educação infantil tem um papel fundamental no processo de construção da identidade das crianças, por representar o seu primeiro contato com a educação institucionalizada e ampliar sua relação com outros sujeitos. Conforme definido no artigo 29 da Lei nº 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, p.17). Com vistas a alcançar essa finalidade, a Educação Infantil deve apresentar um amplo repertório de experiências sensoriais, cognitivas, emocionais e interpessoais ao público infantil, tendo em vista a sua socialização, experimentação e descobertas.

De acordo com a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para orientar o trabalho pedagógico e a organização da Educação Infantil, um dos objetivos da proposta curricular da Educação Infantil é garantir experiências que “possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade” (BRASIL,2010, p.26). Por isso, a organização dos espaços de creches e pré-escolas, os recursos e materiais utilizados, as práticas pedagógicas e toda a estrutura educacional precisam promover contemplar a diversidade étnico-racial, por meio de seu reconhecimento e valorização.

Ao privilegiar a abordagem dessa temática na Educação Infantil, considera-se as diversas infâncias que a compõem pois, segundo Garcia e Santos (2019, p.93), “o olhar para as múltiplas infâncias possibilitam, além de outros aspectos, a imprescindível consideração do contexto histórico, cultural e social brasileiro, estruturada a partir de relações raciais desiguais”. Nesse sentido, problematiza-se quais são as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na educação infantil. Com vistas a fundamentar a análise das práticas pedagógicas e as relações raciais na educação infantil e seus desdobramentos no processo de construção identitária das crianças negras, realizou-se revisão bibliográfica em bancos de dados do Scielo e Capes, de artigos publicados em periódicos nacionais, que versam sobre a temática, publicados a partir de 2013. Para tanto, aborda-se, inicialmente, os conceitos de identidade e identidade negra para fundamentar a discussão sobre os efeitos das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade negra, buscando um diálogo com a educação infantil.

Nos artigos examinados, a identidade é concebida como um processo dinâmico e inacabado, que tem como pilar a socialização entre os sujeitos e que, ao longo da vida, é construída e reconstruída a partir de diálogos e conflitos com o outro, o conhecimento sobre si mesmo e sobre o mundo (BASTOS, 2015; FERNANDES E SOUZA, 2016). Em seu trabalho que apresenta reflexões sobre a influência de marcadores sociais na representação social do negro e suas implicações na construção da identidade negra no Brasil, Fernandes e Souza (2016, p.106) definem a identidade como um processo que “se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade”. Desse modo, não tratamos de uma única identidade, mas de identidades plurais formadas pelas relações e representações sociais.

Diante disso, destacamos a noção de identidade negra, enquanto processo, apresentada por Panta e Pallisser (2017), em um artigo de revisão teórica sobre a construção da “identidade nacional brasileira” entre o século XIX e o século XX e seus impactos sobre as construções identitárias da população negra. De acordo com os autores, a identidade negra é “uma identidade de resistência que está sempre em construção. Afirmar-se negro é também um posicionamento político”(PANTA e PALLISSER, 2017, p.127). Para além dos artigos analisados, essa perspectiva é corroborada pelos estudos de Gomes (2017), que ao destacar o papel histórico do Movimento Negro Brasileiro, caracterizando-o como um ator político e educador, compreende que no Brasil “ser negro e negra e afirmar-se enquanto tal é um posicionamento político e identitário que desconforta as elites e os poderes instituídos” (GOMES, 2017, p.70-71).

Para fundamentar sua compreensão, Gomes (2017) afirma que ao longo da história e na atualidade, o Movimento Negro Brasileiro mobilizou e produziu diferentes saberes emancipatórios sobre a população negra, dando visibilidade ao debate sobre o racismo na sociedade e denunciando as desigualdades raciais. Para a autora, o Movimento Negro Brasileiro apresenta uma nova perspectiva para a questão racial e a identidade negra, pois, “ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (GOMES, 2017, p.21). Esse reconhecimento envolve contestar os modelos e representações hegemônicas presentes na sociedade brasileira que sustentam o sistema racista branco/europeu pautado em preconceitos e estereótipos sobre as culturas africanas e afro-brasileiras.

Nessa perspectiva, no cotejamento dos artigos analisados que discorrem sobre a construção da identidade negra na sociedade brasileira e no contexto escolar (PANTA e PALLISSER, 2017; BASTOS, 2015; FERNANDES e SOUZA, 2016; CAVALCANTE, 2019; MARQUES e DORNELLES, 2019), considerou-se, sobretudo, que neste último “não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual” por isso, a urgência do debate étnico-racial desde a educação infantil (GOMES, 2002, p.41).

A partir dessas concepções, buscou-se a reflexão sobre os desdobramentos do processo de construção de identidades no contexto escolar, a partir dos estudos de Bastos (2015), cujo artigo tinha o objetivo de refletir sobre o papel da escola no processo de construção das identidades de gênero e raça. A autora destaca que a escola, enquanto espaço de socialização e aprendizagem que envolve diferentes sujeitos, torna-se um lugar privilegiado de construção de identidades, como também, de conflitos de identidades. Em um estudo, cujo objetivo era abordar a construção da identidade negra no espaço escolar, a partir de pesquisa bibliográfica e estudos exploratórios, Cavalcante (2019, p.10) aponta a coletividade desse processo, haja vista que ele “é desenvolvido pelas relações entre alunos, alunos e professores, e todas as interações sociais que contribuem para a formação social dos estudantes na comunidade escolar”.

Tendo em vista as interações que ocorrem na escola, questiona-se como as diferenças sociais, raciais, culturais, etárias e de gênero são percebidas e tratadas no contexto escolar? De acordo com Gomes (2002), o ambiente escolar caracteriza-se como um espaço que permite não só a aprendizagem e compartilhamento de saberes, como também de comportamentos, hábitos, visões de mundo, valores, crenças e preconceitos.

Na sociedade brasileira, a construção de identidades étnico-raciais são atravessadas pelo racismo, que tem a cor da pele como fator determinante no acesso e garantia de direitos. Segundo Almeida (2019, p. 63) “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. O racismo atua de modos distintos na construção da identidade dos sujeitos e, nesse sentido, Fernandes e Souza (2016, p.106) destacam que ele “cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismo identitários, ou seja, uma identidade do que é ‘ser negro’ contraposta ao que é ‘ser branco’, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos”.

No trabalho realizado por Marques e Dornelles (2019), cujo propósito era investigar o modo como as culturas africanas eram apresentadas às crianças de 0 à 3 anos em escolas infantis públicas e privadas de Porto Alegre em 2013, verificou-se que as identidades negras são formadas mediante relações de poder e de hierarquias. A pesquisa demonstrou, ainda, um silenciamento das questões raciais no cotidiano das escolas pesquisadas, haja vista que existia uma crença compartilhada pelas gestoras(es) e professoras(es) de que não era necessário tratar deste tema, por não existir problemas raciais nas instituições ou pelas crianças serem muito pequenas e desconhecerem do assunto. Essa prática do silêncio sobre as questões raciais na educação infantil revela-se em outros contextos pois Cavalleiro (2018) demonstrou, já na década de 1990, em sua pesquisa em creches e pré escolas de São Paulo, que as professoras não percebiam a presença do preconceito racial na educação infantil, evidenciando a ausência do debate étnico racial pela comunidade escolar .

Santiago (2015, p. 448), por sua vez, em pesquisa etnográfica, realizada em uma creche da região metropolitana de Campinas em 2012, envolvendo crianças de três anos e suas/ seus docentes, com o objetivo de debater a presença de mecanismos racistas na educação infantil, constatou que “nas relações diárias estabelecidas na creche, ocorrem difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro, comprometendo o reconhecimento e aceitação dos mesmos”. Nestes espaços, as crianças vivenciam situações marcadas por preconceitos e estereótipos em relação a diversidade étnico-racial.

Foi possível observar uma moderada produção de artigos que tratassem da construção da identidade negra na educação infantil, no período aqui analisado, mas é importante destacar que os mesmos abordam questões significativas para esse debate: Santiago (2015) e Marques e Dornelles (2019) apresentam aspectos importantes a respeito da identidade negra na educação infantil, sob a ótica das relações-étnico raciais, o preconceito racial, a presença

do racismo nas creches, as propostas pedagógicas para as relações étnico - raciais dentre outros. Os demais artigos encontrados analisam esse processo na sociedade brasileira, considerando o contexto histórico e conseqüentemente o racismo (PANTA E PALLISSER, 2019) ou tratam da construção da identidade negra no espaço escolar de modo geral, sem focalizar na educação infantil (BASTOS, 2015; FERNANDES E SOUZA, 2016; CAVALCANTE, 2019).

Esses artigos apresentam contribuições significativas para a análise e compreensão do processo de construção da identidade negra na sociedade brasileira e seus desdobramentos na educação, fazendo-se necessário considerar as especificidades da educação infantil na construção das identidades das crianças de 0 a 5 anos. Por isso, ressaltamos a relevância de tratar, adiante, das práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil para as relações étnico- raciais, analisando o que as pesquisas já realizadas revelam sobre os recursos, materiais, estratégias, intervenções, organização do espaço e outros elementos que indicam a presença ou a ausência de práticas pedagógicas da educação infantil em relação à temática.

### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS: desafios e possibilidades de representatividade e construção identitária das crianças negras na Educação Infantil**

A partir da publicação da Lei 10.639/2003, ampliaram-se os questionamentos sobre a organização dos currículos escolares, assim como dos materiais didáticos e práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino, no que tange às relações étnico-raciais. Esses questionamentos mobilizaram várias pesquisas, dentre elas, a de Morruzi e Abramowicz (2015, p. 202) que apontam, a partir de uma análise dos conceitos de infância e raça apresentados em documentos governamentais brasileiros, destinados a educação infantil, que

a educação das relações étnico - raciais surge como abordagem estratégica de ação que toma a escola como lócus na tentativa de romper, enfraquecer e problematizar as práticas discriminatórias, já que os indicadores sociais e escolares visibilizavam a brutal desigualdade estrutural entre brancos e negros.

A partir do entendimento que a educação para as relações étnico-raciais demandam novas posturas por parte das instituições e, sobretudo das(dos) professoras(es), no que diz respeito a abordagem da diversidade, a reflexão aqui realizada, considera o conceito de prática pedagógica apresentado por Franco (2016, p.542), que a entende como “algo além da prática didática que envolve: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente”, dotadas de

intencionalidade e sentido. A partir desse conceito e considerando as determinações da lei 10.639/03 para o trabalho com a história e cultura afro-brasileira e africana, pode-se interrogar a presença de práticas pedagógicas para as relações étnico- raciais na Educação Infantil, de que modo são desenvolvidas e suas contribuições no processo de construção de identidade das crianças negras.

É preciso ressaltar que apesar da lei 10.639/03, não determinar a obrigatoriedade da temática na Educação Infantil, o trabalho na perspectiva das relações étnico - raciais é previsto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. O referido documento aponta que as propostas pedagógicas das creches e pré-escolas devem assegurar “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21). No mesmo sentido, os estudos que contemplam as práticas pedagógicas na educação infantil com foco nas questões raciais, demonstram a importância da valorização da história, cultura e identidade afro-brasileira nas práticas pedagógicas, desde a educação infantil, na promoção de uma educação para as relações étnico- raciais e para a diversidade (SILVA e SOUZA, 2013; DORNELLES e MARQUES, 2015; SANTIAGO, 2015; LIMA e REGO, 2017) .

Dentre os artigos analisados que tratam de práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento e valorização da diversidade étnico - racial na educação infantil, Lima e Rego (2017) analisam as repercussões das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas ações pedagógicas desenvolvidas em instituições de educação infantil da rede municipal e evidenciam que os (as) professores (as) recorrem ao uso de obras literárias, filmes, produções artísticas e mapas para o trabalho com as relações étnico- raciais. Segundo as autoras, nas instituições pesquisadas notou-se que dentre as metodologias utilizadas pelos docentes para o estudo da temática, é recorrente a leitura de obras literárias que contam histórias africanas ou que apresentam personagens negros como protagonistas, seguida do estudo, apreciação e produção artística sobre elementos da cultura afro-brasileira e africana, a exibição de filmes e vídeos de histórias africanas, estudos sobre animais africanos e diversos mapas (LIMA e REGO, 2017).

Um elemento em comum, nos estudos de Arena e Lopes (2013), Silva e Souza (2013); Alcaraz e Marques (2016); Lima e Rego (2017); Silva e Santos (2020), foi a recorrência do uso da literatura infantil, como prática pedagógica na perspectiva das relações étnico- raciais, principalmente no tocante a história e cultura africana e afro-brasileira e na valorização da identidade negra. Conforme um estudo de reflexão crítica sobre obras que retratam o protagonismo de personagens negros e análise das contribuições da literatura

infanto-juvenil para a afirmação identitária da criança negra, Alcaraz e Marques (2016, p.57) destacam a importância da literatura infantil para a descolonização e no fortalecimento da identidade negra, pois, “a quebra de paradigmas, padrões, preconceitos e estereótipos raciais surge como uma luta pela valorização do negro/negra e funda novas representações por meio de obras literárias na valorização identitária no Brasil”.

As autoras apontam, também, como potencialidade da literatura infantil e juvenil, a ressignificação de características estigmatizadas pelo racismo como a cor de pele e os cabelos, através de obras literárias que apresentam como protagonistas personagens negros/negras, rompendo com representações preconceituosas e estereotipadas sobre os aspectos corpóreos e identitários de não brancos. Com vistas a esse propósito, Alcaraz e Marques (2016) apresentam livros destinados ao público infantil que têm como protagonistas personagens negros(as) e que promovem a afirmação da identidade negra, principalmente pela ressignificação do cabelo cacheado/crespo, alvo de racialização e preconceito na sociedade, dentre eles: “O cabelo de Lelê”<sup>3</sup>, “Cada um do seu jeito, cada jeito é de um!”<sup>4</sup>, “Nikkê”<sup>5</sup> e “Chico Juba”<sup>6</sup>.

Nesse sentido, destaca-se a importância do trabalho pedagógico voltado para a representatividade da diversidade étnico-racial a partir da literatura infantil e as contribuições dessas práticas para o fortalecimento da identidade das crianças negras, pois apresentam representações positivas em relação ao seu pertencimento étnico-racial possibilitando que as crianças se reconheçam nas(os) personagens das histórias e sintam orgulho de suas características e origens.

Entretanto, salienta-se que a ausência da intencionalidade do(a) professor(a) para práticas comprometidas com a diversidade étnico-racial, pode representar um entrave para o trabalho com a literatura infantil, na perspectiva das relações étnico-raciais na educação infantil. Como demonstra um estudo que analisou como a literatura afro - brasileira era trabalhada com crianças de um Centro de Educação Infantil em São Paulo, Silva e Santos (2020) observaram a escassez de trabalhos com obras literárias que apresentam a diversidade étnico-racial e cultural, o que fazia com que as atividades fossem pontuais como, por exemplo, no mês da Consciência Negra. Nesse sentido, as autoras apontam a importância do

---

<sup>3</sup> BELÉM, Valéria. Ilustradora Adriana Mendonça. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

<sup>4</sup> DIAS, Lucimar R. **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!** Ilustradora Sandra Beatriz Lavandeira. Mato Grosso do Sul: Alvorada, 2012.

<sup>5</sup> PEREIRA, Édimo de Almeida. **Nikkê**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

<sup>6</sup> GAIVOTA, Gustavo. **Chico Juba**. Ilustrado por Rubem Filho. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

trabalho com a literatura infantil voltada para as questões raciais, desde a educação infantil, pois:

Participar de contextos literários na educação infantil, que apresentem obras com a temática étnico-racial, que veiculem inúmeras histórias e representações positivas do(a) negro(a) – seus cabelos, tons de pele e que revelem a essência das matrizes afrodescendentes, pode contribuir com o empoderamento das crianças negras e com a superação de quaisquer formas de discriminação (SILVA; SANTOS, 2020, p.677).

Ao mesmo tempo em que ações voltadas para as relações étnico -raciais se manifestam no espaço escolar, contribuindo com referências positivas para valorização e fortalecimento da identidade negra, observa-se que a ausência de referenciais positivos para crianças negras ainda se faz presente na educação infantil, podendo ser entendida como resultado de históricas representações estereotipadas em relação às características físicas, culturais e identitárias dos povos africanos e afrobrasileiros. No estudo de Arena e Lopes (2013), sobre o protagonismo de personagens negros nos livros de literatura infantil, selecionados pelo Programa Nacional Biblioteca Escolar, em 2010, os autores afirmam que

as crianças negras aprendem a negação da identidade pela condição de inferioridade das diferenças físicas, sociais, culturais; nos programas televisivos, nos livros, nos filmes, nos brinquedos, sua presença é negligenciada, e poucas são as representações positivas que dão subsídio a construção positiva da identidade, ao orgulho do pertencimento étnico-racial (ARENA E LOPES, 2013, P. 1157).

Nesse sentido, nota-se que a carência de representações positivas sobre a identidade negra nas práticas pedagógicas da educação infantil, assim como a propagação de representações preconceituosas e estereotipadas sobre o seu pertencimento étnico-racial, prejudica o processo de construção da identidade de crianças negras levando-as a construir uma percepção negativa sobre o seu pertencimento étnico-racial. Além disso, observa-se que as crianças na educação infantil revelam durante as brincadeiras, a assimilação de representações estereotipadas sobre os papéis sociais ocupados por negros(as). Como descrito por Dornelles e Marques (2015), na pesquisa realizada com crianças de escolas públicas de educação infantil de Porto Alegre, foi possível observar durante as brincadeiras das crianças, os papéis sociais inferiores ocupados pelas bonecas negras em oposição às brancas, sendo que as bonecas negras representavam a empregada doméstica, a cozinheira, a babá ou então ficavam abandonadas na sala.

Os autores ainda observaram que as crianças manifestavam diferentes significados a partir das representações sociais atribuídas ao branco/preto, sendo este último, estigmatizado como “algo ruim”, “sujo”, “criminoso” em oposição ao branco representado como “belo”, “limpo”, “celestial”, “bom”, as autoras apontam que “as crianças usavam a cor da pele como um marcador daquilo que é tomado como belo, bom e bonito, e tudo que estava fora da cor da

pele tida normal, era tomado como ‘o outro’, ‘o diferente’, ‘o feio’, ‘o anormal’ (DORNELLES e MARQUES, 2015, p.115).

Essa atribuição de papéis sociais, bem como de características negativas/positivas, segundo o fenótipo, reverbera nas ações cotidianas, como é possível observar no já mencionado estudo de Cavalleiro (2018) ao verificar que, em suas relações diárias, as crianças negras de 4 a 6 anos já apresentavam uma identidade negativa em relação ao seu grupo étnico, principalmente pela recusa da cor de sua pele. A autora verificou, nas instituições de educação infantil pesquisadas, a presença do preconceito racial tanto por parte das professoras quanto por crianças não negras, revelando-se em diversas situações rotineiras, como: pelo tratamento das professoras de forma diferenciada e mais afetiva para as crianças brancas, assim como nos elogios, pois quando as crianças negras recebiam elogios estes eram direcionados à tarefa realizada, diferentemente dos elogios direcionados às crianças brancas que valorizavam a própria criança; na forma como as crianças negras eram mencionadas no cotidiano das escolas, através de piadas, ironias, apelidos e termos pejorativos em relação às suas características físicas e a cor de sua pele; na exclusão de crianças negras nos momentos de brincadeira com outras crianças e na forma negativa como as professoras se referiam aos cabelos das crianças negras.

Frente às práticas preconceituosas que imperavam no cotidiano da educação infantil e afetavam a criança negra, comprometendo a construção de uma identidade positiva, Cavalleiro (2018) observou que os conflitos de identidade podem surgir na educação infantil, demonstrado nas falas das crianças negras em nível pré - escolar o sentimento de negação de seu pertencimento étnico - racial, “foi possível reconhecer um desejo de mutação do próprio corpo, um sentimento de recusa ao seu grupo étnico e o desejo de pertencer ao grupo branco, indicando um sentimento de vergonha de ser do jeito que se é - negro” (CAVALLEIRO, 2018, p.65).

Nota-se que a situação observada por Cavalleiro persiste, mesmo após os avanços no debate racial na sociedade brasileira e da criação de legislações educacionais para o trabalho com as relações étnico - raciais. Segundo Trinidad (2016),<sup>7</sup> em um artigo fruto da pesquisa de doutorado sobre a identificação étnico- racial, a partir das falas de crianças de 4 e 5 anos da educação infantil, realizada em 2011, entre as crianças autodeclaradas pretas, a maioria demonstrou o desejo de ser diferente, principalmente pela insatisfação com o seu cabelo e cor

---

<sup>7</sup> Embora este estudo não esteja no escopo do levantamento bibliográfico no que diz respeito ao banco de dados, é relevante destacá-lo na análise proposta neste artigo, por apresentar situações reais vivenciadas por crianças negras na educação infantil.

da pele. Tal situação é evidenciada pela autora a partir do relato de uma das crianças, que no desejo de se parecer com a Bela Adormecida, afirmou:

“Eu queria ser com o cabelo ‘sem ser enrolado’. Eu perguntei, então, o que mais ela gostaria de ter diferente. Ela me respondeu: “Eu queria que os meus olhos fossem iguais aos da Bela Adormecida”. Eu lhe disse: E você queria ter a cor igual à da Bela Adormecida, também? Ela disse: “Querida, sim”. Perguntei-lhe qual era a cor da Bela Adormecida. Ela então me disse: “Rosa, cor de pele”. (TRINIDAD, 2016, p.05).

A insatisfação de crianças negras com suas características físicas e a negação de seu pertencimento étnico - racial, se faz presente em outros contextos para além da educação infantil, como na situação evidenciada por Bastos (2015)<sup>8</sup>, que enfatiza os conflitos de identidade manifestados no ambiente escolar, é possível verificar o drama racial de uma aluna negra de seis anos, de uma escola pública federal do Rio de Janeiro, no que diz respeito a sua identidade. Durante a contação de uma história, presente em um livro que retratava textos e imagens de crianças de diferentes partes do mundo, numa aula cujo objetivo era conhecer diversas culturas africanas e relacioná-las com a cultura brasileira, reconhecendo a diversidade cultural existente no país, a menina foi apontada por um colega como semelhante a criança da história. Nesse momento ela começou a chorar dizendo que não se parecia com a personagem, pois acreditava que tinha “nascido branquinha” e com isso, nenhuma criança queria se parecer com a personagem do livro.

Embora o episódio descrito demonstre uma prática pedagógica voltada para a abordagem da diversidade étnico-racial, ele revela que a menina negra apresenta uma visão negativa sobre o “ser negro(a)” que pode ser atribuída aos estereótipos que circulam na sociedade em relação ao seu pertencimento étnico - racial e que motivam a negação de sua autoimagem. Conforme analisou Bastos (2015), a perturbação da menina negra ao ser relacionada com outra menina negra, acaba por levá-la a rejeitar a sua cor pelo seu significado social, assim como, a recusar o seu próprio corpo de mulher negra. Dessa forma, frente aos conflitos de identidades vivenciados na sala de aula, a autora destaca a presença do racismo como prática e ideologia presente na dinâmica das relações sociais.

A partir dos desafios aqui relatados, no que tange ao avanço de práticas pedagógicas na perspectiva das relações étnico-raciais na educação infantil, destaca-se dentre as possibilidades para práticas comprometidas com a superação de preconceitos e estereótipos em relação a identidade negra, buscando o seu empoderamento e representatividade, uma prática pedagógica apresentada por Dornelles e Marques (2015), a partir da pesquisa de

---

<sup>8</sup> Salienta-se que apesar da situação descrita por Bastos (2015), se referir ao ensino fundamental, ela contribui para a análise realizada neste artigo por permitir tencionar as práticas pedagógicas na educação infantil, considerando que uma criança de 6 anos ainda está em um período de transição/adaptação entre a educação infantil e o ensino fundamental.

doutorado de Marques (2013)<sup>9</sup> em uma escola de educação infantil localizada próximo a um Quilombo. Durante as observações da pesquisadora, percebeu-se o preconceito e os comentários pejorativos de professoras e colegas direcionados às crianças que moravam no Quilombo, em relação a suas roupas, sua cor, seus cabelos e seu cheiro. Isso motivou a pesquisadora a confeccionar uma boneca negra, inspirada na personagem “Menina bonita do laço de fita”<sup>10</sup>, para introduzir a conversa sobre raça com as crianças.

A partir da intencionalidade da pesquisadora no reconhecimento e valorização da identidade das crianças quilombolas, por meio da boneca negra, foi despertado, nas crianças, o desejo de conhecer o Quilombo e a história e cultura afro-brasileira, o que as levou a construir percepções positivas sobre esses sujeitos e romperem com ideias preconceituosas sobre as crianças quilombolas e seu pertencimento étnico-racial. Nas palavras dos autores, “foi dado destaque à positividade da cultura e ao modo de vida das crianças quilombolas que estudavam ali” (DORNELLES e MARQUES, 2015, p.118).

Desse modo, situações como aquelas aqui relatadas, permitem refletir como as práticas pedagógicas contribuem no processo de construção da identidade de crianças negras, evidenciando que as práticas, na perspectiva das relações étnico-raciais, dependem de formação docente para conhecimento da temática e da intencionalidade do (a) professor(a) em reconhecer e valorizar a história e cultura africana e afro-brasileira. Do contrário, situações e concepções preconceituosas podem acabar sendo ignoradas, silenciadas e até reproduzidas pelos (as) professores (as) em suas práticas pedagógicas, comprometendo a construção de uma identidade positiva pelas crianças negras, na medida em que não se faz presente a representatividade da diversidade étnico-racial e o empoderamento da identidade negra nas práticas pedagógicas. É nessa perspectiva que Bastos (2015) aponta que as práticas socializadoras na escola, caracterizam - se como um lugar de confrontos entre o reconhecer-se e o ser reconhecido/a nas suas diferenças.

A partir das contribuições de Bastos (2015), Dornelles e Marques (2015), Trinidad (2016), Lima e Rego (2017) e em diálogo com Cavalleiro (2018), interroga-se os desafios e as possibilidades para para práticas pedagógicas, na perspectiva das relações étnico - raciais na educação infantil, frente as denúncias do Movimento Negro Brasileiro do racismo e das desigualdades raciais presentes na sociedade e no contexto escolar. Observa-se as contribuições de praticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasielira, no processo de construção da identidade das

---

<sup>9</sup> MARQUES, Circe. (2013, *apud* DORNELLES e MARQUES, 2015, p.116)

<sup>10</sup> Machado, Ana Maria (2011), **Menina Bonita do Laço de Fita**, São Paulo, Ática

crianças, independentemente de seu pertencimento étnico - racial, ação que se viabiliza pelos meios de uma educação antirracista. Nesse sentido, destaca-se que a educação antirracista na infância demanda ludicidade e qualidade da intervenção do professor (MARQUES e DORNELLES, 2019).

Entretanto, para além de uma educação antirracista é necessário políticas antirracistas, por isso deve-se ampliar a discussão sobre o combate do racismo na sociedade e principalmente nas políticas públicas, como aponta Rosemberg (2014), em um artigo que tenciona as implicações epistemológicas e políticas dos conceitos de igualdade/desigualdade e diversidade e suas implicações na educação infantil, há que se considerar a dimensão simbólica e estrutural do racismo no Brasil, sendo a primeira manifestada pelo preconceito racial e pela ideologia de superioridade dos brancos. A autora destaca que embora sejam necessárias ações e estratégias no campo educacional para a superação do racismo, como não silenciar diante de situações de preconceito racial entre alunos, professores e demais atores educacionais, estas ações se restringem ao plano simbólico e interpessoal, o que embora necessárias, não são suficientes para combater o racismo estrutural. Por isso, ela afirma que o combate ao racismo não pode ser reduzido ao plano simbólico e interpessoal, é preciso questionar o racismo estrutural presente no plano político, pois no Brasil, as desigualdades sociais, econômicas e educacionais são mantidas e acentuadas por meio de políticas racistas, que estabelecem condições desiguais para o acesso a bens públicos, principalmente para as pessoas negras (ROSEMBERG, 2014).

Desse modo, a partir dos artigos analisados, nota-se que a presença de práticas pedagógicas na educação infantil na perspectiva da educação para as relações étnico - raciais, manifesta-se, principalmente, por meio do uso da literatura infantil e afro-brasileira. Entretanto, é necessário destacar que embora a partir da lei 10.639/03, tenham sido publicados livros infantis sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, o uso desses livros no contexto escolar precisa estar atrelado ao planejamento e intencionalidade do professor, para um trabalho de reconhecimento e valorização dos aspectos culturais e identitários desses sujeitos, caso contrário, tais livros não cumprirão sua finalidade de uma prática antirracista. Nesse contexto, destaca-se a necessidade da formação inicial e continuada dos (as) professores(as) na perspectiva das relações étnico-raciais para nortear suas práticas pedagógicas, fornecendo subsídios conceituais e metodológicos para o reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira.

Embora tenham-se revelado grandes impasses para o êxito de práticas pedagógicas na perspectiva das relações étnico-raciais, principalmente pela atuação do racismo na estrutura

educacional, seja nas políticas públicas, nos currículos da educação básica e nos materiais didáticos, nas relações interpessoais, nas práticas pedagógicas e em outros âmbitos, destacam-se os avanços a partir da Lei 10.639/03 promovida pela atuação do Movimento Negro Brasileiro, o que tem possibilitado rupturas e questionamentos frente ao racismo que historicamente imperou nas esferas sociais, dentre elas a educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar as contribuições das práticas pedagógicas no processo de construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil, com base na análise de artigos pertinentes à temática. Por meio da abordagem dos conceitos de identidade, identidade negra e relações étnico raciais no contexto escolar com foco na educação infantil e das práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil para as relações étnico-raciais e os elementos simbólicos que permeiam as interações entre crianças e adultos no contexto escolar, procurou-se refletir sobre os efeitos da representatividade sobre a construção identitária de crianças negras na educação infantil.

Foi possível observar que as crianças, desde a educação infantil, começam a construir a sua identidade em meio a socialização com diferentes sujeitos e que neste processo de conflitos e trocas com o outro, deparam-se com diversas representações sociais em relação ao seu pertencimento étnico - racial. Nota-se que neste processo, o racismo opera por meio de práticas que se manifestam no ambiente escolar, que atuam de modos distintos sobre a percepção das crianças sobre si mesmas e o outro, principalmente pelo binarismo branco/negro, sendo que, para crianças negras os efeitos do racismo promovem a construção de uma identidade pautada em aspectos e representações negativas sobre o seu pertencimento étnico-racial, demonstrado pelo sentimento de inferioridade, recusa de suas características físicas, como a cor da pele e o cabelo, baixa autoestima e anseio pela modificação de seu corpo e sua cor.

Frente a essa violência, destaca-se a importância da Lei 10.639/03 e dos avanços que ela representa no campo educacional no que tange às relações étnico - raciais, denunciando os modelos eurocêntricos e racistas que até então predominavam nos currículos, na estrutura educacional, nas práticas pedagógicas, nos livros e materiais didáticos, na ideologia e nas representações sociais, nas relações diárias no ambiente escolar, nas políticas educacionais e na sociedade como um todo. Embora insuficiente para acabar com o racismo que estrutura a sociedade brasileira, a partir da Lei 10.639/03 surgem rupturas, no contexto educacional, de posturas, concepções e práticas preconceituosas, na medida em que promovem-se ações para

a educação das relações étnico - raciais, como no trabalho com a literatura infantil africana e afro-brasileira, no caminho para uma educação antirracista (ARENA e LOPES, 2013; SILVA e SOUZA, 2013; DORNELLES e MARQUES, 2015; ALCARAZ e MARQUES, 2016; LIMA e REGO, 2017).

É importante ressaltar que a discussão proposta ao longo do artigo sobre as práticas pedagógicas na educação infantil, não teve como intuito culpabilizar os docentes no processo de construção da identidade de crianças negras, reconhecendo as limitações do trabalho docente e questões relacionadas à própria formação docente inicial e continuada que ainda carece de tratar de aspectos conceituais e metodológicos em relação a temática das relações étnicos raciais, principalmente sobre a história e cultura africana e afro-brasileira. Entretanto, chamamos a atenção para a responsabilidade do professor neste processo, visto que como Freire (2019) compreendemos que o ato de educar é também um ato político. Desse modo, implica o reconhecimento e valorização dos diferentes saberes, culturas, etnias, crenças, promovendo um trabalho plural e não hegemônico.

Compreende-se que escolas, currículos e professores que ao incorporarem em sua proposta educativa o comprometimento com uma educação antirracista, assumem uma postura de combate ao racismo e promovem a diversidade étnico-racial, desde a educação infantil, impactando positivamente no processo de construção da identidade das crianças negras ao criarem condições favoráveis para que estas construam uma percepção positiva sobre seu pertencimento étnico-racial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALCARAZ, Rita de C. M; MARQUES, Eugênia, P. S; A Literatura infanto-juvenil como possibilidades de afirmação da identidade negra. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 41, p. 50–63, 2016. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/873>. Acesso em: 1 ago. 2021.

ARENA, Dagoberto B.; LOPES, Naiane R. PNBE 2010: personagens negros como protagonistas. **Educação & Realidade**. 2013, v. 38, n. 4, p. 1147-1173. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Z93k8kw9xxHJDwsxzb6v8BD/?lang=pt#>. Acesso em: 03 de ago. 2021.

BASTOS, Priscila da Cunha. “Eu nasci branquinha”: construção da identidade negra no espaço escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP): Universidade Federal de São Paulo.v. 9, n. 2, p. 615-636, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1117>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

BRASIL, Lei 9.394. de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 de jun. 2021.

BRASIL. Lei 10.639. de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 03 de mar. 2021.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de Março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 07 de jun. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de jun. de 2004. Brasília, Diário Oficial União, 22 de jun. de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/cne\\_resolucao\\_1\\_170604.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/cne_resolucao_1_170604.pdf) Acesso em: 10 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil** / Secretaria da educação básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAVALCANTE, Kelisson Lima. A construção da identidade negra no espaço escolar: percepções e discussões. **Cadernos Cajuína**, v. 4, n. 3, p. 9-19, 2019. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/326>. Acesso em: 08 de jun. 2021.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

DORNELLES, Leni; MARQUES, Circe. Pedagogias da racialidade: modos de se constituir crianças negras em escolas de educação infantil do Brasil. **Propuesta Educativa**. v.24, n. 43,p.113-122, 2015.Disponível em: <http://propuestaeducativa.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2019/11/43-art-Leni-Vieira-Dornelles-CirceyMara-Marques.pdf>. Acesso em: 18 de jul.2021.

FERNANDES, Viviane Barbosa; SOUZA, Maria Cecília Cortês Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. v. 00, n. 63, p.103-120, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHj4s/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Br. Estudos Pedagógicos**, Brasília , v. 97, n. 247,

p. 534-551, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>. Acesso em: 03 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 60ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GARCIA, Vanessa Ferreira.; SANTOS, Maria Walburga dos. Educação Infantil e estudos das relações étnico-raciais: apontamentos de uma crescente produção acadêmica. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], n. 21, 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/5564>. Acesso em: 3 mar. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38-47, dez. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296>. Acesso em: 28 fev. 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 4 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2017.

LIMA, Daniela; REGO, Thabyta Lopes. Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Infantil. **Revista Contemporânea de Educação [Online]**, v. 12, n. 23, p.175 – 191, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2958>. Acesso em: 18 de jul.2021.

MARQUES, Circe Mara; DORNELLES, Leni Vieira. O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 32, n. 1, p. 91-107, 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12270>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

MORUZZI, Andrea Braga; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e currículo: alguns apontamentos sobre os documentos brasileiros para educação infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 19, p. 199-214, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2336>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. **Revista Espaço Acadêmico**, Universidade Estadual de Maringá, v. 17, n. 195, p.116-127, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34664>. Acesso em: 16 de jun. 2021.

SANTIAGO, Flávio. Creche e racismo. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, v. 9, n. 2, p. 441-460, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1118>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SILVA, Paulo; SOUZA, Gisele de. Relações étnico-raciais e práticas pedagógicas em Educação Infantil. **Educar em Revista**, v. 29, n. 47, p. 35-50, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31336>. Acesso em: 18 de jul. 2021.

SILVA, Marta Regina Paulo da; SANTOS, Cleia Souza. A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo. **Revista Cocar**. v.14 n.28, p. 664-680, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3143>. Acesso em: 18 de jul. 2021.

TRINIDAD, Cristina, T. Construção da Identidade Étnico - Racial: O que as crianças pré - escolares têm a dizer? *In*: FIPEd - Fórum Internacional de Pedagogia, VIII., 2016, Imperatriz - MA. **Anais eletrônicos**[...]Imperatriz: Editora Realize, 2016. p. 1-6. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/25113>. Acesso em: 06 de ago. 2021.